

DR. JOSÉ DE CARVALHO TOLENTINO E POÇOS DE CALDAS

Rodrigo Rossi Falconi

Resumo: *A história de um pioneiro do Serviço Termal de Poços de Caldas.*

Abstract: *The history of the pioner in Poços de Caldas' Thermal Services.*

1. Origem

José de Carvalho Tolentino, filho de Antonio Nicolau Tolentino e Mariana Siqueira Botelho de Araújo Carvalho, nasceu no dia 8 de abril de 1851, no número 116 da Praia do Botafogo, no Rio de Janeiro, na residência para onde seus pais haviam se transferido pouco antes, saindo do número 102 da rua do Catete.

Mariana (1823-1901), filha de José Botelho de Araújo Carvalho, proprietário de uma fazenda em Inhaúma e de terras na Barra da Tijuca (lugares hoje dentro da cidade do Rio de Janeiro), casou-se no dia 26 de julho de 1845 com Antonio Nicolau Tolentino (1810-1888), filho de Francisco José Tolentino e Ana Maria do Amor Divino, nascido na zona rural do lugarejo de São Gonçalo, perto do Arraial da Praia Grande, que poucos anos depois se tornou a Vila Real do mesmo nome e, em seguida, cidade de Niterói.

O Conselheiro Antonio Nicolau Tolentino, segundo o bisneto Antonio Candido de Mello e Souza um “funcionário da Monarquia do segundo escalão”, foi praticante, segundo e primeiro escriturário, oficial maior, diretor e diretor geral. Simultaneamente ou posteriormente, foi inspetor interino e depois titular da Alfândega, comissário imperial no Exterior, inspetor do Banco do Brasil, vice-presidente e presidente da província do Rio de Janeiro, diretor e presidente da Caixa Econômica, diretor da Academia de Belas Artes e Conservatório.

Na primeira infância, José de Carvalho Tolentino passou dois anos no Uruguai (1852-1854), para onde seu pai havia sido enviado pelo governo brasileiro como seu representante na Junta de Crédito Público, destinada a amortizar a dívida do país com o Brasil. Com o fim da missão, voltou para sua terra natal, passando a acompanhar de perto momentos marcantes da história do Segundo Rei-

nado, muitos deles envolvendo direta ou indiretamente seu pai, com quem esteve durante toda a vida íntima e ternamente ligado, e com o qual, salvo nos períodos em que se afastou do Rio de Janeiro após seu casamento, sempre residiu acompanhando muitas das mudanças de endereço pelas quais passou o Conselheiro Tolentino, que se fixou em vários locais do atual Centro do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo duas vezes, no Catete, na Glória, em duas ruas do Andaraí, até 1882, quando construíram juntos uma grande casa de três andares no Largo de São Salvador, nos limites de Flamengo e Laranjeiras, onde todos foram morar.

2. Formação

José de Carvalho Tolentino fez seus preparatórios no Externato Aquino, famoso estabelecimento de ensino, ingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1878, após defender sua Tese de Doutorado intitulada “Transfusões”, uma das primeiras escritas no Brasil sobre este tema.

Na época de sua formatura exercia o cargo de diretor da Faculdade de Medicina o Dr. Luiz da Cunha Feijó, Visconde de Santa Isabel, anteriormente vice-diretor, em substituição a José Bento da Rosa, que tomou posse em 1872, após a aposentadoria do Dr. José Martins da Cruz Jobim, e que permaneceu no cargo até o ano de 1881. A Faculdade de Medicina ocupava desde o ano de 1856 o prédio do Recolhimento das Órfãs, vizinho à Santa Casa de Misericórdia, que fora construído para receber as jovens órfãs desvalidas, sendo este o local onde José de Carvalho Tolentino estudou.

No mesmo ano de sua formatura, em 8 de abril, seu pai, que a ele se referiu como “Filho querido”, enviou-lhe a seguinte carta: “Seja sempre o dever a luz que o guie no caminho da vida: o dever e a probidade nobilitam o homem, e o fazem respeitado entre os seus semelhantes. Se as vicissitudes e a corrupção dos tempos podem, uma ou outra vez, turiferar o que se aparta do caminho direito, essa iniquidade é, mais tarde ou mais cedo, corrigida pelo juízo público, e pelo conceito da parte sã da sociedade; além de que o repouso da própria consciência dá uma força e um nobre orgulho que formam um deplorável contraste com os sobressaltos e as amarguras do remorso. Seja, pois, o dever meu caro filho a norma de todas as tuas (sic) ações; a bússola na perigosa viagem da vida”.

3. Exercício profissional

Assim que concluiu sua formação médica, Dr. José de Carvalho Tolentino transferiu-se para a Província de Minas Gerais, instalando-se no município de Barbacena como clínico e como encarregado do serviço de saúde dos trabalhadores

em um trecho de estrada de ferro em construção, empreitada por seu sogro, Joaquim Carneiro de Mendonça.

Grande parte dos atendimentos em fins do século XIX eram de pessoas de baixa renda, principalmente da zona rural. As consultas eram realizadas na própria residência dos enfermos, dispondo o médico de poucos meios para chegar ao diagnóstico, tendo que se basear em um adequado exame físico e numa história clínica bem colhida. Os exames laboratoriais eram precários e os recursos terapêuticos limitavam-se a algumas fórmulas com eficácia nem sempre comprovada. A maioria dos partos também eram domiciliares, frequentemente assistidos por parteiras ou práticas do meio rural, e o médico somente era chamado nos casos mais graves. O índice de mortalidade, provocado por patologias como apendicite era assustador, já que se vivia na era pré-antibióticos.

Dr. José de Carvalho Tolentino permaneceu em Barbacena pouco mais de dois anos e, a partir de 1881, sua vida se ligou intimamente a Poços de Caldas, onde residiu por longos períodos com a família.

4. Poços de Caldas

Segundo tradição oral recolhida pelo médico Dr. Pedro Sanches de Lemos, de cuja obra foi transcrito o principal das informações deste texto, caçadores portugueses, em época imprecisa, em busca de antas e veados que faziam seu bebedouro nos poços formados à emergência das águas sulfurosas foram os primeiros a conhecerem o local depois denominado de Poços de Caldas, que recebeu esse nome por analogia com as Caldas de Portugal. Já os primeiros documentos escritos relativamente ao uso das águas de Poços de Caldas datam de 1786, tratando-se de um ofício dirigido em 6 de setembro ao Ministro Martinho de Mello e Castro, pelo governador da capitania de Minas Gerais, Luiz da Cunha Menezes, com informações a ele fornecidas pelo comandante do distrito de Sapucaí, transcrito pelo Dr. Pedro Sanches. Por meio de tais documentos descobre-se que as águas de Poços de Caldas já eram utilizadas para fins terapêuticos nessa época. Através de depoimentos colhidos ao longo dos anos, transmitiu-se a informação que, na fase que precedeu a fundação da cidade, espontaneamente compareciam ao local pessoas sadias e enfermas, em busca da cura para diversos males, acomodando-se em ranchos de madeira cobertos de sapé, que eram destruídos pelos moradores após retirarem-se os visitantes, cujos banhos eram tomados à temperatura ambiente, em banheiras de madeira, instaladas sobre as fontes.

Não existe um registro preciso de quem foi o primeiro médico a tomar conhecimento das águas termais de Poços de Caldas, somente se conhecendo que, em 1862, o Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, então presidente da Província de Minas Gerais, encarregou o Dr. Caetano de Azeredo Coutinho de

levantar a planta e fazer o orçamento de um estabelecimento balneário aplicável às fontes termais de Poços de Caldas. Como não pôde comparecer ao local, o Dr. Coutinho solicitou informações aos clínicos da cidade de Caldas, Drs. Anders Fredrik Regnell e Agostinho José Ferreira Bretas, nelas se baseando para apresentar suas conclusões, declarando que seria preciso a visita de um engenheiro ao local como única forma de se obter um estudo apropriado. Três anos depois, o então presidente da província, desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, enviou o engenheiro Dr. Martiniano da Fonseca Reis Brandão com o objetivo de levantar a planta e construir o estabelecimento balneário, que não saiu do papel.

Somente em 1870, quando o citado Dr. Agostinho Bretas foi chamado à presidência de Minas Gerais, é que os projetos para Poços de Caldas foram novamente discutidos, dando início a uma sucessão de engenheiros, segundo estudos do Dr. Pedro Sanches. Em novembro, instalou-se no local o Dr. João Pedro de Almeida que iniciou a administração das obras, construindo um rancho para abrigo de operários, que tratou de reunir, e deu começo à abertura de uma vala destinada a desviar as águas do Ribeirão de Poços, que corria ao pé das fontes Pedro Botelho, Mariquinhas e Chiquinha. Foi sucedido pelo Dr. Modesto de Faria Bello, que levantou nova planta do projetado estabelecimento balneário e continuou a abertura do citado ribeirão, dando início a outra para desvio do Córrego do Cemitério, que na época das cheias inundava a fontes dos Macacos, e iniciando a limpeza e desobstrução do leito e margens do Ribeirão de Poços, para aumentar o escoadouro das águas na quadra das chuvas. Dr. Bello foi sucedido pelo Dr. Bruno Von Sperling, que concluiu as valas, a limpeza e a desobstrução do leito e margens do Ribeirão de Poços, preocupando-se em erguer um paredão de revestimento à beira do mesmo ribeirão, para servir de amparo às construções do estabelecimento projetado sobre as fontes. Sucedendo o último citado engenheiro, instalou-se em Poços de Caldas o Dr. Honório Henrique Soares do Couto, que tratou de levantar um estabelecimento provisório sobre as fontes dos Maçados, mas não conseguiu elevar as águas termais acima do nível do solo. Ao final dessa sucessão de engenheiros o resultado final foram algumas obras deveras dispendiosas e pouco de concreto com relação ao sonhado serviço termal.

Quando esteve na presidência de Minas Gerais, o médico Dr. Joaquim Floriano de Godoy, desejando ligar seu nome ao beneficiamento das águas termais de Poços de Caldas, decidiu enviar um profissional para obter informações precisas a respeito do estabelecimento balneário, que deveria estar em construção, em seguimento à iniciativa do Dr. Bretas. Tal missão foi confiada ao Dr. Luiz Pereira Barreto, então residente no município paulista de Jacareí, que em pouco tempo de trabalho apresentou suas conclusões sob o título “Estudo sobre as Águas Termais de Caldas”, não se limitando a informar ao Governo provincial que os estabelecimentos balneários não existiam, mas afirmando que a presidência deveria desapropriar os terrenos necessários para a fundação do pretendido estabelecimento

e que deveria conceder à iniciativa privada o privilégio das águas termais, uma vez que seria pouco provável conseguir tal obra à custa do cofre provincial.

A primeira sugestão foi prontamente aceita pelo Dr. Godoy que enviou para Poços de Caldas o procurador fiscal interino, Antonio Luiz Maria Soares de Albergaria, que obteve sucesso na missão com a cessão das terras junto às águas termais de Caldas para construção de um estabelecimento balneário e outros prédios, dando início à nova povoação.

Com relação à segunda sugestão, em 1871, na presidência do Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, os Drs. Agostinho José Ferreira Bretas, José Ignácio de Barros Cobra, juntamente com os cidadãos Agostinho José da Costa Junqueira, capitão José Osório de Oliveira e Joaquim Cândido da Costa Junqueira, requereram o privilégio da águas termais. Contudo, tal requerimento não teve solução favorável, pois o presidente da província questionou se seria de sua competência ou não a concessão do privilégio. Deste modo, como a dúvida ainda persistia após o parecer o Dr. Luiz Pereira Barreto, o Dr. Joaquim Floriano Godoy decidiu que deveria passar para a iniciativa privada a construção, custeio, uso e gozo do estabelecimento balneário de Poços de Caldas. Como os antigos requerentes não quiseram se sujeitar às condições impostas pela presidência, o privilégio foi concedido ao Dr. José Caetano dos Santos.

Comprometendo-se através do contrato a realizar as obras dentro de cinco anos, contados da data da aprovação das plantas definitivas, e a começá-las dentro de dois anos, o Dr. José Caetano dos Santos organizou uma sociedade anônima, que recebeu o nome de Termas de Dom Pedro II, para através dela dividir por muitos uma vultosa despesa, bem como envolver na construção do estabelecimento balneário os moradores do local. Para as obras de alvenaria foi contratado o pedreiro Antonio Alves da Silva, proveniente da Barra de São João, Rio de Janeiro, e que foi muito importante para a história de Poços de Caldas.

Dr. José Caetano dos Santos não obteve sucesso em seu empreendimento, pois, além de não conseguir vender todas as primeiras ações, os acionistas que as tomaram não fizeram as entradas na proporção do capital subscrito, levando a sociedade anônima a entrar em liquidação. O diretor fundador tentou oferecer a Antonio Teixeira Diniz (Barão de Campo Místico) o que já havia investido, desistindo inclusive do privilégio a seu favor, mas tal negócio não se realizou. Contudo, segundo assinalou o Dr. Pedro Sanches de Lemos, todos os atos do primeiro concessionário foram corretos e deles se aproveitaram os sucessores.

No dia 14 de outubro de 1880, o vice-presidente de Minas Gerais, então em exercício, Conselheiro Joaquim José de Sant'Ana, comunicou ao Dr. José Caetano dos Santos a rescisão do contrato. Um ano depois, o senador João Florentino Meira de Vasconcellos, na presidência da província, autorizado pelo governo geral, abriu em Ouro Preto concurso para a construção do estabelecimento balneário de Poços

de Caldas. Apresentaram-se em competência os Drs. Carlos Pereira de Sá Fortes, José de Carvalho Tolentino (ambos residentes em Barbacena) e o cidadão Anselmo Fernando de Almeida (residente em Casa Branca); o cidadão Joaquim José de Oliveira e Silva e o Coronel Antonio Teixeira Diniz; o Barão do Rio Negro e o cidadão João Carlos Vieira Ferraz; o cidadão Ricardo José de Araújo; e finalmente, o Dr. Antonio da Silva Daltro. Os três primeiros saíram vencedores e a eles foi concedido o privilégio pelo prazo de trinta anos, depois prorrogado por mais vinte.

A cláusula nona do contrato afirmava que os concessionários deveriam construir um grande edifício apropriado para receber os freqüentadores da estância que seria aumentado à proporção que fosse exigida pela afluência a eles, o que foi um grave equívoco na opinião do Dr. Pedro Sanches de Lemos, pois os empresários, em vez de cuidarem do beneficiamento das águas, preocupavam-se com a fatura e exploração do hotel, além de servir de concorrência neste ramo aos moradores do local, o que gerou muitas antipatias.

No primeiro contrato firmado entre o Dr. José Caetano dos Santos e o governo de Minas Gerais, nada foi dito a respeito da captação e reservatório, de tal maneira que o estabelecimento balneário seria construído de acordo com a planta elaborada pelo Dr. Modesto de Faria Bello, modificada pelo Dr. Pedro Luiz Taulouis, sobre as fontes, de modo que os banhos fossem tomados à temperatura ambiente. O novo contrato estabelecia que os concessionários deveriam elaborar uma nova planta a ser aprovada pelo governo da província, aventando-se a idéia de captação e reservatórios, que implicavam a existência de encanamentos para condução e distribuição das águas ao balneário.

O Sr. Anselmo Fernando de Almeida foi escolhido gerente empresa, ficando o Dr. José de Carvalho Tolentino encarregado do serviço médico, segundo a cláusula sétima que dizia: “Os concessionários obrigam-se a ter uma boa farmácia, e permanentemente um médico, que terá a seu cuidado a higiene dos estabelecimentos, e que assistirá gratuitamente aos pobres e aos balneantes que residirem nos edifícios da empresa, destinados ao seu alojamento”. No dia 21 de outubro de 1882, o Dr. Tolentino saiu da empresa e vendeu o seu quinhão no privilégio por 20:300\$000 aos Srs. Anselmo e Dr. Carlos Fortes.

Para elaborar a planta do estabelecimento e presidir a execução das obras foi contratado o engenheiro austríaco Dr. E. Maschek que, após apresentar a planta à presidência da província e ser por ela aprovada, instalou-se com o Sr. Anselmo em Poços de Caldas, ambos dispostos a dar às obras o máximo de celeridade. O grande problema surgido nesta fase foi que, ao invés de se preocupar com a captação das águas da fonte Pedro Botelho de tal maneira que fossem elevadas acima do nível do solo e pudessem abastecer os reservatórios do estabelecimento balneário projetado, o engenheiro responsável preferiu construir um edifício provisório de madeira, que ficou conhecido como barracão, destinado aos ba-

nhos, e convenceu o Sr. Anselmo a se preocupar mais com a construção do hotel para hospedar os banhistas, aconselhando-o a alugar uma morada de casas do Coronel Agostinho José da Costa Junqueira, situadas na Praça Senador Godoy, cujas cobertas se deviam aproveitar para a fatura do Hotel da Empresa.

Esta primeira etapa da empreitada terminou com muitos gastos, poucos resultados e com a demissão do Dr. Maschek. A situação estava muito confusa quando entrou em cena Antonio Alves da Silva que se prontificou a colaborar, prometendo que poderia resolver o problema da captação das fontes, necessária para possibilitar o funcionamento do estabelecimento balneário. Quando ele informou ao Sr. Anselmo de Almeida que havia assistido à captação das águas de Caldas de Portugal, dirigida por um engenheiro francês, ele foi imediatamente contratado, tornando-se o mestre pedreiro da empresa, ao lado do capitão Manoel Borges da Fonseca, encarregado dos trabalhos de carpintaria.

Com a captação das fontes e funcionamento dos barracões, em 1882, a Empresa balneária começou a auferir lucros, começando a cobrar pelos banhos, fato que revoltou muitos dos freqüentadores. Buscando acalmar os ânimos dos moradores do local, o Dr. Carlos Fortes, a exemplo do Sr. Anselmo, que deu sociedade ao tenente coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, na metade que lhe pertencia no privilégio, também admitiu como sócios, na sua metade, o capitão depois coronel Martinho de Freitas Mourão e o coronel Agostinho José da Costa Junqueira, que logo após assumiu a direção das obras, provavelmente inspirado por seu genro, o Dr. Pedro Sanches de Lemos, dando como diretor um avanço considerável na construção do balneário e do hotel. Com exceção das obras de alvenaria, que continuarem sendo realizadas por Antonio Alves da Silva, o novo diretor iniciou o sistema de contratos por empreitada, com destaque para o destinado à edificação do estabelecimento balneário, firmado com o construtor italiano Giovanni Baptista Pansini, que Pedro Sanches considerou o mais bem orientado e o principal fator na instalação adequada da estância.

O coronel Agostinho José da Costa Junqueira permaneceu apenas quatro meses na direção da empresa, da qual se afastou em junho de 1883, sendo neste ato acompanhado de seus sócios, Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes e capitão Martinho Mourão, vendendo a metade do privilégio aos Drs. Carlos de Sá Leite e José de Carvalho Tolentino, que voltou a participar o empreendimento com somas em parte emprestada pelo pai, Conselheiro Antonio Nicolau Tolentino, ao juro módico de 7% ao ano. Nesta nova fase, em que a empresa passou a girar sob a Firma Leite e Cia., novamente ficou incumbido da gerência das obras o Sr. Anselmo, assim permanecendo até 31 de dezembro do referido ano, conseguindo dar às obras um grande impulso levantando as paredes do estabelecimento balneário sobre os alicerces mandados construir pelo coronel Agostinho Junqueira, concluindo as obras do reservatório das fontes Pedro Botelho, Mariquinhas e Chiquinha

e permitindo que o hotel ficasse em vias de acabamento. Pouco tempo antes, no dia 7 de dezembro, o tenente coronel Ignácio Monteiro de Barros vendeu sua parte ao Dr. Joaquim Lopes Chaves, de Taubaté, que se tornou um dos quatro sócios, ao lado de Anselmo Fernando de Almeida, Dr. Carlos de Sá Leite e Dr. José de Carvalho Tolentino.

Ainda em 1883, Dr. Tolentino que sempre se manteve ligado à sua terra natal, foi homenageado pelo amigo Antonio Nunes Galvão Júnior em sua Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 28 de setembro e perante ela sustentada no dia 18 de dezembro, com a dedicatória: “Ao excelente amigo o Sr. Dr. José de Carvalho Tolentino e à sua Exma. Senhora D. Laura Carneiro de Mendonça Tolentino, consideração e estima”.

Como os barracões de Poços de Caldas já estavam funcionando bem, o novo gerente da Empresa, Dr. Carlos de Sá Leite, que assumiu no dia 1º de janeiro de 1884, passou a se dedicar principalmente à conclusão do hotel, deixando em segundo plano a conclusão do estabelecimento balneário. Coube a ele inaugurar o Hotel da Empresa, na estação de agosto daquele ano, sendo o primeiro hóspede Zacharias Vieira Machado da Cunha, fazendeiro da Vila de Santa Tereza, da província do Rio de Janeiro. Segundo relato do Dr. Pedro Sanches, na época da inauguração estes eram os cômodos da casa: uma sala de leitura e outra de música; uma vasta sala de jantar; sessenta quartos, todos claros; e um passadiço envidraçado, que punha o hotel em comunicação com o estabelecimento balneário.

Pronto o hotel, levantadas as paredes do balneário, terminado o reservatório para as águas, faltava o passo decisivo, que era captar as fontes, ultimar, equipar e fazer funcionar o balneário. A esse respeito havia divergências e conflitos de opinião e interesses, conforme destacou o Dr. Pedro Sanches de Lemos, segundo o qual, ninguém entendia direito da matéria e as coisas eram feitas pelo rumo, quando não desastrosamente. Faltava, portanto, a direção unificadora de alguém disposto a enfrentar as dificuldades, vencer os obstáculos, correr os riscos. Foi então que entrou em cena o médico Dr. José de Carvalho Tolentino, até aquele momento mero sócio, que assumiu a direção da Empresa no dia 1º de janeiro de 1885, tendo sua administração se prolongado até o dia 31 de maio de 1886.

Em pouco mais de um ano, de 1885 a 1886, Dr. Tolentino completou o balneário contra vento e maré, pois, no dizer do Dr. Pedro Sanches: “Não era homem que recuasse do cumprimento do dever; arriscou e perdeu a popularidade; malquistou-se com quase toda a população; mas fundou a Empresa”. O ilustre médico, que discordou dele em muitos pontos e mais de uma vez, reconheceu nobremente que no fim de contas ele estava certo, e que os erros cometidos foram inevitáveis, devido ao desconhecimento geral do problema, que reinava então.

A explicação para a série de descontentamentos é que em 1882, os Srs. Anselmo e Maschek planejaram construir um segundo balneário sobre a fonte

dos Macacos, embora o contrato somente exigia isso se a distância entre as fontes dos Macacos, Pedro Botelho e Mariquinhas assim o exigisse ou se o primeiro estabelecimento fosse insuficiente para atender ao número de visitantes. Contudo, a população do local entendia que a composição das fontes era diferente, sendo fundamental a construção de outro balneário. Os problemas surgiram porque o Dr. Tolentino estava resolvido a fundar a Empresa, aconselhado por Giovanni Pansini, convencido da impossibilidade de construir o segundo estabelecimento e que as águas termais deveriam ser concentradas em um só ponto. O hábil construtor italiano defendia a necessidade de um reservatório para dar aos visitantes banhos mitigados, à temperatura diversas, com a mistura das águas das fontes. Para realizar tal empreendimento, foram escolhidos tubos de condução, para levar as águas da fonte dos Macacos para o estabelecimento da fonte Pedro Botelho, com a menor perda de calor, sob orientação do engenheiro Dr. Alexander Brodowsky que sugeriu fossem eles de maninha ou barro vidrado. Apesar da repulsa da população a obra foi concluída, levando-se a água da fonte dos Macacos para o estabelecimento Pedro Botelho, sendo recolhida em dois reservatórios de vinte mil litros cada um. A inauguração do novo estabelecimento balneário ocorreu no dia 8 de abril de 1886, com a bênção do Padre Senna Freitas.

O novo estabelecimento tinha a forma que lembrava uma barca da Companhia Ferry, e constava de dois pavilhões e de um corpo de edifício, onde estavam as banheiras em número de 58, sendo 26 de primeira classe, todas de cimento, e 31 de segunda classe, sendo essas de cedro. Havia um quarto destinado à ducha fria, que depois deu lugar a outro cômodo. A capacidade das banheiras era de 500 litros, sendo de 40 metros quadrados o comprimento do corpo do edifício. O pavilhão da frente tinha sala de espera e outra que dava entrada para as banheiras. No outro reservatório estavam os dois reservatórios das águas da Fonte dos Macacos em uma sala que depois se tornou a sala das duchas, havendo sido transportadas as águas sulfurosas para um grande reservatório de cimento, que servia de base à torre das duchas e cuja altura era de 14 metros.

Dr. Tolentino conseguiu cumprir sua missão, mas teve de ferir interesses e contrariar toda a sorte de opiniões, pagando um alto preço por isso. Segundo Pedro Sanches: “Não se pode imaginar a soma de ódios e de malquerenças que este fato acarretou sobre a pessoa do Dr. Tolentino, mas ele enfrentou tudo com a maior serenidade e sangue frio”. Diante desse quadro, marcado por um evidente enfraquecimento de seu prestígio em Poços de Caldas, que culminou com atentados à sua vida, ele teve de passar a direção da Empresa para alguém em paz com a cidade, o que ocorreu no dia 31 maio de 1886, sendo sucedido pelo Dr. Joaquim Lopes Chaves, chefe político conservador e por vezes deputado à Assembléia Geral.

A primeira medida adotada pelo novo diretor foi providenciar todos os preparativos necessários para a recepção ao Imperador Dom Pedro II, cuja visita

estava programada para outubro com o fim de inaugurar o novo ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Porém, a situação de crise ainda não estava resolvida uma vez que surgiu um novo problema que se somou à irritação causada pela construção do passadiço do hotel e da concentração das fontes sulfurosas num só ponto, que tirava da população a esperança de ver construído um segundo estabelecimento balneário. A população de Poços de Caldas não se conformou ao observar a presença de matéria orgânica depositada nas paredes dos tubos que conduziam as águas sulfurosas e que acabavam se depositando nas banheiras do estabelecimento. Tal acontecimento foi entendido como sendo os sais das águas da Fonte dos Macacos decompostos pela má qualidade dos tubos. De um lado surgiram aqueles que exigiam a construção de um novo estabelecimento balneário. Do outro, moradores que defendiam a substituição dos encanamentos por calhas de madeira, como os utilizados na distribuição do estabelecimento.

Dom Pedro II chegou a Poços de Caldas em 22 de outubro de 1886, após breve passagem por São João da Boa Vista. Estava acompanhado pela Imperatriz Thereza Cristina e de uma seleta comitiva, sendo todos recebidos pela Empresa balneária sob estrondosa manifestação popular, ficando o Imperador hospedado no Hotel da Empresa. No dia seguinte, visitou alguns pontos da cidade, como a Cascata das Antas e a Cascatinha, onde se deixou fotografar pelo francês Georges Renouveau no meio do povo, ladeado nessa ocasião pelo Dr. Tolentino.

Após a ilustre visita, a cidade continuou sob intensa agitação entre a população e a Empresa Balneária, tendo como principal motivo para discórdia a dúvida se a canalização das águas da Fonte dos Macacos prejudicava suas qualidades medicinais. Para resolver tal situação, compareceu à cidade de Poços de Caldas o Dr. Agostinho José de Souza Lima que realizou diversos experimentos, muitos na presença de ilustres médicos do local, que provaram que as águas, transitando pelo sistema de canos desenvolvidos pelo engenheiro Dr. Garcia Redondo não perdiam suas propriedades químicas e terapêuticas e chegavam ao estabelecimento balneário no mesmo grau de pureza com que saíam da fonte.

Embora muitos dos que criticavam o sistema de canalização tenham se convencido e mudado de opinião, ainda persistia uma polêmica na cidade devido ao fato de se pretender a construção de um novo estabelecimento balneário usando diretamente as águas da Fonte dos Macacos.

Durante o período em que esteve em Poços de Caldas o Dr. Souza Lima, ocupou a gerência da Empresa o Dr. Sá Leite e, tão logo ficou concluído o novo sistema de encanamento do Dr. Garcia Redondo, construído para dar uma resposta às constantes reclamações populares, o Dr. Joaquim Lopes Chaves voltou a presidir a Empresa e, no dia 10 de abril de 1888, buscando atrair para a obra mais sócios e dinheiro, tratou de dar-lhe a forma de uma sociedade anônima, formada pelos sócios Drs. Carlos Maria de Sá Leite, Joaquim Lopes Chaves e José de

Carvalho Tolentino e o Sr. Anselmo Fernandes de Almeida, sendo que a parte desse último passou a pertencer a Joaquim Pio da Silva, Maria José Marcondes de Mattos, João Gualberto Teixeira de Carvalho, José Eugênio de Azevedo, José Francisco Bernardes, Jacintha Cândida de Almeida Ayrosa e José Miguel Frias.

A sociedade comercial recebeu o nome de Empresa Balneária de Poços de Caldas e tinha por fim adquirir os direitos que, pelo contrato celebrado a 25 de julho de 1881, entre o governo de Minas Gerais e os Drs. Carlos Pereira de Sá Fortes, José de Carvalho Tolentino e Anselmo Fernandes de Almeida, foram a estes concedidos e relativo à fundação, uso e custeio de um estabelecimento balneário e um edifício de hospedagem. Com a aquisição desses direitos, a nova companhia tornou-se detentora de todas as vantagens e obrigada a cumprir a todas as exigências do referido contrato, bem como suas modificações. O capital da companhia era de quatro contos, divididos em duas mil ações no valor nominal de duzentos mil réis cada uma, e ficou determinada que sua duração seria o prazo concedido no contrato original, ou seja, oito anos a partir de 1881.

A primeira diretoria da Empresa Balneária, depois de constituída em sociedade anônima coube aos Drs. Joaquim Lopes Chaves (presidente), Carlos de Sá Leite e Coronel Joaquim Pio da Silva. Em 1890, com a mudança para a capital paulista do Dr. Sá Leite, substituiu-o o Dr. Pedro Sanches de Lemos, que se tornara acionista. A gestão do Dr. Lopes Chaves prolongou-se até 23 de setembro de 1890 e, durante este período, o Coronel Joaquim Pio da Silva e o Dr. Pedro Sanches estiveram à frente da Empresa, sucessivamente, mas por um curto período de tempo, marcado ainda pelas constantes queixas da população quanto à organização do Hotel da Empresa.

Após a saída do Dr. Lopes Chaves, foi eleita uma nova diretoria, composta dos Drs. José de Carvalho Tolentino (presidente), Oscavo Correa Neto e o Coronel Joaquim Pio da Silva, prolongando-se tal diretoria até o ano de 1896, com modificações em seu quadro, uma vez que em 8 de abril de 1892, o Dr. Oscavo pediu exoneração do cargo de diretor por motivo de doença, e foi substituído pelo Dr. Pedro Sanches de Lemos. Pouco tempo depois, em 24 de abril de 1893, com o falecimento do Coronel Joaquim Pio da Silva, foi eleito para substituí-lo o Major José Affonso de Barros Cobra.

Na época da saída do Dr. Oscavo Correa Neto, republicano histórico e chefe político local, já havia passado o período de calma relativa na cidade de Poços de Caldas, que estava em franco período de reformas, sob todos os pontos de vista. Assim que assumiu, o Dr. Pedro Sanches de Lemos propôs ao diretor presidente que para diminuir as críticas à Empresa Balneária seria necessário que um dos médicos deveria viajar à Europa, sendo o proponente o indicado. Ele, contudo, não aceitou realizar a viagem, aconselhado pelo Visconde de Ibituruna, pois era pequena a mensalidade que receberia para percorrer as estações balneá-

rias do continente europeu. Para piorar a situação, os encanamentos construídos por Garcia Redondo começaram a apresentar diversos problemas levando à perda da água ao longo do percurso e escassez nas banheiras do estabelecimento de Pedro Botelho.

O Dr. José de Carvalho Tolentino passou novamente a enfrentar uma fase lutas, canseiras e desgostos, em função das constantes queixas ao Governo da Província solicitando a construção de um segundo estabelecimento balneário sobre a Fonte dos Macacos. Ele, de início, tentou provar que as melhorias nos encanamentos seriam suficientes e que a nova construção era desnecessária. O Governo não só discordou de sua opinião como, baseado em cláusulas contratuais, obrigou a Empresa a iniciar a construção do novo estabelecimento.

Mesmo estando envolvido com problemas administrativos, Dr. Tolentino não se afastou totalmente da prática médica, conforme se vê no jornal *Oeste de S. Paulo*, de 12 de abril de 1892: “Em um dos dias da semana finda foi operado em Poços de Caldas pelo Dr. Neves da Rocha o Senhor Tenente Coronel José Antonio de Lemos, estimado fazendeiro em Ouro Fino e avô do distinto clínico daquela vila, Dr. Pedro Sanches de Lemos. A operação consistiu na extração de um catarata negra, a qual pela sua dureza apresentou grande resistência ao instrumento que provocava sua saída. Estas dificuldades, porém, foram vencidas com grande habilidade e logo após, o operado que nada via há longos anos, distinguiu os dedos do operador, e as pessoas que o cercavam, entre os quais contavam-se alguns seus tataranetos. Apesar de sua avançada idade o doente suportou perfeitamente a operação: seu estado geral é o melhor possível, achando-se reanimado e tendo readquirido seu antigo bom humor. Foram companheiros do Dr. Neves da Rocha, o Dr. Pedro Sanches de Lemos, o Dr. Tolentino, digno presidente da empresa Balneária, e o venerando Dr. Agostinho José Bretas, antigo e ilustrado médico residente na cidade de Caldas. Consta-nos que o Dr. Neves da Rocha praticou durante a semana outras operações, que também foram coroadas de bom êxito”.

Pouco tempo depois, em 8 de maio, o jornal *Correio de Poços* publicou: “Continuam a chegar doentes dos olhos, que vem aproveitar a estada do Dr. Neves da Rocha nesta vila, para se libertarem das trevas em que vivem. Não se passa um dia em que este profissional não tenha um doente a operar. Dentre as operações desta semana, destaca-se a feita em um filho do Senhor Candido Jeronymo de Figueiredo, residente no Campestre, de 7 anos de idade, o qual sofrendo de catarata congênita, nada conhecia do mundo exterior. Com uma rapidez extraordinária foi feita a sucção da catarata, a qual, graças a um processo e aparelhos muito engenhosos e delicados, que tem por fim fazer a operação das massas corticais, em poucos minutos estava completamente extraída. Horas depois, achava-se o doente de posse da vista e seu pai começava a ensinar o nome dos diferentes ob-

jetos que lhe apresentavam. Auxiliou a operação o Dr. José de Carvalho Tolentino, digno Presidente da Empresa Balneária”.

Após a Assembléia geral de 24 de abril de 1893 autorizar o início das obras na Fonte dos Macacos, o Dr. Tolentino ao mesmo tempo, sob orientação de Giovanni Pansini, decidiu substituir a canalização de Garcia Redondo por tubos de ferro galvanizado, que também foram utilizados na distribuição das águas sulfurosas, no estabelecimento Pedro Botelho, uma vez que os tubos de barro mostraram-se pouco eficientes.

Toda esta situação levou novamente a uma grande oposição por parte dos moradores levando o Governo de Minas Gerais a baixar o Decreto número 726, em 26 de junho de 1894, impondo à Empresa a multa de 600\$000 por inobservância e infração de algumas cláusulas do contrato, determinando que aumentasse o número de empregados encarregados dos serviços dos banhos e da limpeza das respectivas banheiras, para conservá-las em perfeito estado, além de reformar o serviço de distribuição das águas nas banheiras, substituir as cobertas de zinco por telhas de barro e todo o encanamento de ferro por tubos de cerâmica ou de qualquer matéria adequada à condução das águas sem alterá-las, também providenciando para que os reservatórios fossem resguardados contra comunicações com a atmosfera.

Com a energia e o desassombro habituais, o Dr. José de Carvalho Tolentino levou a missão a termo não se mostrando propenso a atender às solicitações do Governo Provincial, pois, ao mesmo tempo que dava impulso às obras da Fonte dos Macacos, adia as providências determinadas pelo decreto número 726, atitude que acelerou o processo de encampação e o consequente contrato em 1896, ano da inauguração do novo estabelecimento balneário.

Durante as obras houve oposição até mesmo por parte de grandes médicos locais, como o Dr. Pedro Sanches que depois reconheceu que: “O Dr. Tolentino teve razão para fazer o que fez, e a melhor prova deste acerto está em que a obra dele perdura até hoje (1902), sem alteração, pelo que diz respeito a encanamentos, tendo sido modificado o estabelecimento Pedro Botelho quanto à sua cobertura, que passou a ser de telhas francesas em vez de zinco, e à instalação das duchas, da pulverização, da inalação e da *humage*, e tudo isso se fez sem em nada se mudar o tamanho e a forma do edifício”. Mais adiante ele próprio se pergunta: “Por que, pois, tanto barulho, que chegou a rematar na encampação?” Assim concluindo: “Por uma simples razão: se desde 1881 a empresa houvesse mandado um médico à Europa, para estudar estas questões práticas de hidrologia, que os livros não ensinam; se o Dr. Tolentino seguisse o meu alvitre em 1892 e não me regateasse dinheiro; certo que as coisas não tomariam o rumo que seguiram e muitos dissabores teriam sido evitados. Desgraçadamente, não são as idéias que governam o mundo e sim os fatos e, infeliz daquele que não se submete a eles, calçando pela forma do sapateiro da casa”.

Dr. José de Carvalho Tolentino acabou aceitando a encampação, da mesma forma que seus sócios, pois todos sentiram que a luta era impossível e desigual e as promessas grandiosas. Nesse clima é que foi realizada a última assembleia geral da companhia, em 27 de janeiro de 1896, presidida pelo Barão de Miranda e secretariada pelo Dr. Pedro Sanches de Lemos. Após a encampação, foi celebrado um contrato de arrendamento dos estabelecimentos de águas termais de Poços de Caldas entre o Governo de Minas Gerais e o Dr. Pedro Sanches de Lemos em 30 de março de 1896.

A encampação da Empresa Balneária pelo Governo de Minas Gerais somente se tornou efetiva pelo Decreto número 928, de 8 de abril de 1896, que abriu à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito extraordinário de 460:000\$000 para as despesas relativas ao resgate da concessão feita pelo contrato de 25 de julho de 1881, cujas propriedades foram revertidas ao domínio do Estado, em virtude da cessão e transferência de todas as ações da sociedade anônima exploradora da referida concessão. A firma Rezende, Santos & Cia., arrendatária dos estabelecimentos balneários de Poços de Caldas, começou a funcionar desde 1º de abril de 1896, sendo o seu contrato de 30 de março do mesmo ano, havendo os demais concorrido com 1:000\$000 pra a compra dos Macacos.

Dr. José de Carvalho Tolentino, uma das figuras mais marcantes no final do século XIX em Poços de Caldas onde encontrou uma atmosfera social muito diferente do ambiente em que vivia no Rio de Janeiro, foi de fato um fator importante na história de Poços de Caldas, pela disposição de agir com firmeza nos momentos decisivos e pela capacidade de realizar as tarefas necessárias, que asseguraram a instalação e o desenvolvimento da estância termal. Nas horas tormentosas, quando muitos preferiam a sombra confortável, foi ele que assumiu o leme, navegando com todos os riscos. Segundo escreveu seu genro, o Dr. Aristides de Mello e Souza: “À sua energia realizadora deveu a estância o seu primeiro estabelecimento termal”. Ainda segundo o Dr. Aristides, falando a respeito do quanto influíram os médicos desde o princípio, na fundação da estância hidromineral de Poços de Caldas: “Mesmo quando atuaram como industriais ou como administradores, queremos crer não se tenham subtraído aos mandamentos a que obedece o verdadeiro médico, cuja formação sedimenta um substrato íntimo e ativo de transcendentais convicções humanitárias, sem as quais irrealizáveis teriam sido os duros empreendimentos a que deram corpo e vida”.

Segundo depoimento do médico Dr. Mário Mourão: “O Dr. Tolentino era personalidade de uma elegância extrema, sempre muito bem trajado, com distinção encantadora e correção inigualável de maneiras. O traço marcante da sua personalidade era a gentileza, com um senso perfeito de afabilidade no modo de tratar todos aqueles que dele se aproximavam, embora divergisse do modo de

pensar, ou não estivesse de acordo com o que vinham lhe propor. No entanto, nunca cedeu. Foi inflexível. Traçou o seu plano e realizou-o. Estava deliberado a construir o Balneário dos Macacos, tendo executado a sua deliberação, de acordo com o plano pré-estabelecido. A disputa que houve em torno do Diretor da Empresa das águas na questão do Balneário dos Macacos, era de impressionar um tímido, mas o Dr. Tolentino não o era. Participante forçados das estereis lutas pessoais, retirou-se de Poços voltando para o seu ambiente seletivo do Rio de Janeiro. Nesse tempo, eu era rapaz e certa vez jantei no Hotel da Empresa, sentando-me defronte do Dr. Tolentino. Impressionou-me a sua atitude, a sua impecabilidade na mesa, a delicadeza de gestos, o modo de levar o alimento à boca, de tomar o talher, a suavidade e a lentidão estudada da mastigação. Certa vez, gostando muito de conversar com o Dr. Tolentino elogiei o seu modo correto de trajar e ele me disse a que Torres Homem recordava aos seus discípulos que andassem sempre irrepreensíveis no modo de vestir, pois, se o médico pode ignorar a medicina, ao menos deve impressionar o doente pela sua apresentação. O saudoso Dr. Tolentino, alto, elegante, já de cabelos encanecidos, impressionava à primeira vista”.

5. Família

Dr. José de Carvalho Tolentino casou-se no dia 8 de janeiro de 1876, no Rio de Janeiro, com Laura Carneiro de Mendonça, nascida no dia 18 de dezembro de 1856, na Fazenda Itamaraty, em Petrópolis, província do Rio de Janeiro, filha de Joaquim Carneiro de Mendonça e de Maria Augusta Rodrigues Loures, e falecida no dia 1º de setembro de 1924, no Rio de Janeiro, onde estava de passagem em visita aos filhos, pouco antes de completar 68 anos de idade.

Os Carneiro de Mendonça eram de Minas Gerais (Paracatu, Araxá e Desemboque) e mudaram para a Zona da Mata mineira e a Província do Rio de Janeiro depois da Revolução Liberal de 1842, da qual participaram ativamente, tendo Joaquim Carneiro de Mendonça sido um dos comandantes da coluna que atacou a vila do Araxá e foi rechaçada pelas tropas legalistas. Vários membros da família foram presos, processados e exilados.

Da união entre José de Carvalho Tolentino e Laura Carneiro de Mendonça nasceram onze filhos, três dos quais faleceram na infância: Paulo, Laura e Miriam. Sobreviveram os seguintes, todos tendo o sobrenome Carvalho Tolentino: José (1877-1933), político no Estado do Rio de Janeiro, que representou na Câmara Federal, autor de livros de história política, casado em primeiras núpcias com sua prima Eleonora de Carvalho e em segundas com Lucila Chaves da Silva Prado; Maria Clara (1878-1955), casada com o ilustre médico Miguel da Silva Pereira, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; João Paulo (1882-

1932), funcionário público no Acre, em seguida no Rio de Janeiro e finalmente em Barbacena, casado com Honorina Guimarães; Olga (1883-1963), casada com Henrique Augusto de Oliveira Diniz, médico que se dedicou à política e foi senador federal pelo seu Estado de Minas Gerais, quando faleceu; Clarisse (1893-1961), casada com Aristides de Mello e Souza, que foi diretor dos Serviços Termais de Poços de Caldas e em seguida médico clínico nessa cidade; Cristina (1895-1985), casada com Álvaro Barbalho Ulhoa Cavalcanti, juiz de direito em Minas Gerais e depois advogado em São Paulo; e Zulma (1896-1986), casada com Miguel Covello Júnior, médico em Campos do Jordão e depois em São Paulo.

Sem contar as estadias em caráter individual, o Dr. Tolentino residiu na cidade de Poços de Caldas com a família durante os dois períodos de direção da Empresa, de 1883 a 1886, na atual Rua São Paulo, ao lado da igreja de Santo Antônio, e de 1891 a 1896, na atual Rua Padre Henri Mothon, onde nasceram duas de suas filhas (Clarisse e Cristina).

6. Falecimento

O Conselheiro Antonio Nicolau Tolentino, pai do Dr. José de Carvalho Tolentino, faleceu no dia 3 de julho de 1888, pouco menos de dois meses após a Abolição da Escravatura, tendo deixado um espólio que montava a quase duzentos e vinte e dois contos, em jóias, apólices, onze prédios no Rio de Janeiro e dívidas ativas, que chegavam à casa de noventa e cinco contos, dos quais oitenta e cinco, isto é, bem mais da terça parte dos bens, aplicados na Empresa de Poços de Caldas através dos empréstimos ao filho, pagos a juro de 7% ao ano.

Dr. José de Carvalho Tolentino faleceu precocemente, aos 47 anos de idade, no dia 4 de novembro de 1898, na cidade mineira de Barbacena, onde estava de passagem acompanhado de seu filho mais velho visando comprar uma fazenda da família Junqueira. Seu corpo foi levado para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado no Cemitério São João Batista, ao lado de outros familiares.

7. Agradecimentos

Os mais sinceros agradecimentos ao professor Antonio Cândido de Mello e Souza que forneceu informações e materiais que permitiram escrever este texto.

8. Referências Bibliográficas

CANDIDO, Antonio. **Um Funcionário da Monarquia**: ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.

LEMOS, Pedro Sanches de. **Águas Thermaes de Poços de Caldas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

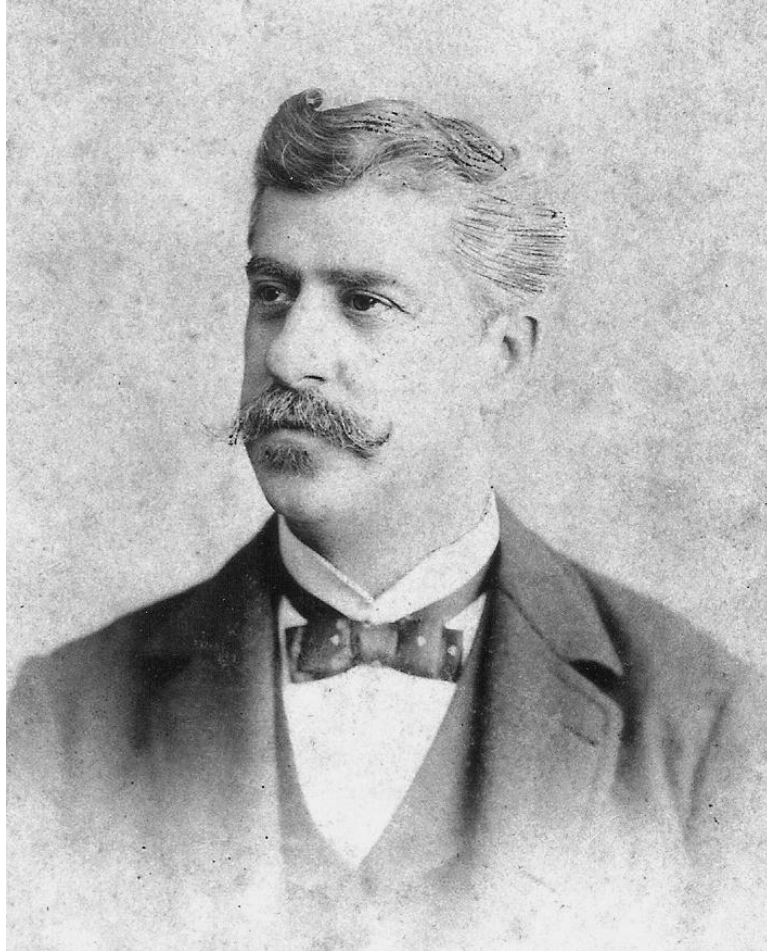
MOURÃO, Benedictus Mário. **Quarteto Construtor de Poços de Caldas e Epopéia de Pedro Sanches**. Poços de Caldas: Gráfica Sulminas, 1998.

MOURÃO, Mário. **Poços de Caldas – Síntese Histórico Social**. São Paulo: Editora Saraiva, 1960.

OTTONI, Homero Benedicto. **Poços de Caldas**. São Paulo: Editora Anhembi, 1960.

SOUZA, Aristides de Mello e. **Estudos de Crenologia**. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunais”, 1936.

Dr. José de Carvalho Tolentino e Poços de Caldas



Dr. José de Carvalho Tolentino